

O projeto Lagoas do Norte, Teresina/PI, Brasil: Revitalização/Requalificação para quem?.

Andréa Lourdes Monteiro Scabello, Mariana Monteiro Scabello y Rayana Patrícia da Costa Cunha.

Cita:

Andréa Lourdes Monteiro Scabello, Mariana Monteiro Scabello y Rayana Patrícia da Costa Cunha (2019). *O projeto Lagoas do Norte, Teresina/PI, Brasil: Revitalização/Requalificação para quem?.* XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/708>



O projeto Lagoas do Norte, Teresina/PI, Brasil: Revitalização/Requalificação para quem?

Andréa Lourdes Monteiro Scabello
Mariana Monteiro Scabello
Rayana Patrícia da Costa Cunha

Resumo

Teresina, capital do Piauí, se desenvolveu na confluência entre dois grandes rios: o Parnaíba e o Poti, pertencentes à Bacia Hidrográfica do Parnaíba. O território, que antes fora ocupado pelos índios Potis, por volta de 1760, foi invadido pelos colonizadores que se fixaram naquela região originando um povoamento. Dessa forma, nasceu o bairro mais antigo da cidade denominado Poti Velho, que em conjuntos com outros 12 bairros localizados na Zona Norte apresentam características peculiares como a existência de atividades econômicas tradicionais: a pesca, a olaria e a ceramista, além da produção familiar das hortas comunitárias. Estes bairros estão sofrendo modificações urbanísticas gestadas pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) através do Programa Lagoas do Norte (PLN) financiado pelo Banco Mundial. Este artigo tem por objetivo apresentar os impactos deste programa na vida da comunidade local. Além, de refletir sobre o direito à cidade e ao patrimônio cultural. O questionamento que sustenta este trabalho é: Para quem se destina a revitalização ou requalificação de áreas urbanas? Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa que incluiu levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, no qual foi utilizada as técnicas de observação direta e conversas do cotidiano. Através das conversas informais levantaram-se dados sobre a política de desapropriação e reassentamento dos moradores da Vila Cristo Rei (conhecida também como Inferninho) e daqueles que moram na Avenida Boa Esperança. O programa tem sido pela conduzido PMT de forma arbitrária e autoritária. Desta forma, é necessário se discutir formas participativas e colaborativas de intervenção na cidade.

Palavras chave

Revitalização Urbana; Comunidades tradicionais; Reassentamento involuntário; Gentrificação; Teresina.

Introdução

Teresina, capital do Piauí, é uma cidade que se desenvolveu na confluência entre dois grandes rios: o Parnaíba e o Poti, pertencentes à Bacia Hidrográfica do Parnaíba. Segundo Costa (2018) o território “[...] até a presença dos bandeirantes [...] estava habitada pelos índios Potis, que eram da língua Cariri, que ficaram conhecidos pela resistência



que fizeram aos desbravadores da região” (p. 403). Para D’Alencastre (1857) na obra “Memória Chronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí”, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), afirmou a respeito dos Potis:

“[...] os indígenas do Norte eram designados com este nome [Tapuyo], e se subdividiam em várias famílias todas numerosas e belicosas, que se denominavam Aranby, Puty, e Caratius. Os Potys habitavam, a foz do mesmo nome, e os últimos as suas cabeceiras [...]”. (p. 23).

Com a invasão pelos colonizadores, por volta de 1760, formou-se um povoado que era constituído pelas moradias de pescadores, canoeiros, plantadores de fumo e fazendeiros. Costa (2018) afirma, ainda, que:

“[...] o povoado ficava no meio do caminho entre Oeiras e a Vila de Parnaíba, o que auxiliou no desenvolvimento local. Em 1807, já se passou a pleitear a Portugal a sua elevação para a categoria de Vila; ao passo que em 1815, pediu-se para que houvesse a criação da Freguesia.

Em 15 de setembro de 1827, foi criada a Freguesia da Barra do Poti, desmembrado das Freguesias de Campo Maior, de Valença e São Gonçalo do Amarante. A Vila do Poti foi criada, em 6 de julho de 1832, com sua instalação ocorrendo, em 21 de novembro de 1833, efetuado pelo Presidente da Câmara de Oeiras Justino José da Silva Moura”. (p. 403)

Pode-se dizer que a escolha do sítio para a fixação do povoado esteve associada aos recursos que ali se encontravam: água em abundância, presença de diversos peixes, existência de barreiros e terras férteis para o plantio. Esses recursos ainda hoje estão disponíveis garantindo o sustento de milhares de famílias. Assim, a aglomeração e a permanência do povoado, nesta localidade, associam-se às formas de subsistência da população. Costa (2018, p.403) chama a atenção para a promulgação da Lei Provincial nº 140, de 29 de novembro de 1842, que autorizou a mudança da sede da Vila, sob a alegação de insalubridade devido às inundações periódicas decorrentes das cheias dos rios durante o período chuvoso. Esta, no entanto, não foi bem recebida pela população que via nessa ação uma intervenção em sua vida cotidiana. Contudo, em meados do século XIX, sob o ideário da modernidade preconizado pelo Conselheiro José Antônio Saraiva, através da resolução nº 315, de 21 de julho de 1852 cria-se, no Planalto do Corisco, a primeira capital planejada do Império. Segundo Silva (2018) embora, “[...] construída sob o regime imperial, [...] a história de sua fundação e as características de



seu planejamento tem elementos próprios das ações urbanísticas do Brasil Colonial.” (p. 4). A forma urbana, segundo a autora, segue os moldes da legislação portuguesa, como se evidencia a seguir:

[...] Teresina, capital do Piauí, é o resultado da rigorosa legislação portuguesa para a criação de vilas e cidades coloniais brasileiras. Embora seja uma ocorrência do século XIX, o planejamento [...] retoma a aplicação de alguns dos mesmos princípios utilizados na reconstrução de Lisboa [...]

O modelo urbano português se caracteriza por apresentar linhas retilíneas, regularidade de volume, rigidez geométrica e concentração dos poderes estabelecidos – governo, justiça – no entorno da praça principal. Diferentemente de Lisboa, um terceiro poder se estabeleceu na praça [...]: a religião, que assumiu importante papel na ocupação da cidade e esteve relacionada à implantação da igreja matriz na Praça [hoje denominada] Deodoro da Fonseca.

Esse novo núcleo recebeu, originalmente, a designação de Vila Nova do Poti, distinguindo-se do povoado existente na barra do Poti, que ficou conhecido como Poti Velho. Em uma homenagem a imperatriz Teresa Cristina de Bourbon, a nova vila foi designada de Teresina, ainda no século XIX (Figura 1 e 2).



Figura 1. Localização da Vila Velha do Poti e de Teresina
Fonte: Silva (2018, p.5)

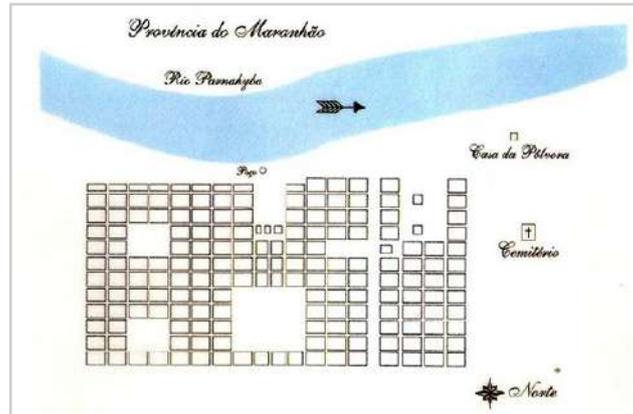


Figura 2 – Projeto da Nova Capital
 Fonte: Mendes (2018) - <http://crcfundacpiaui.wordpress.com/2017/01/04/historico-teresina/Silva>

Ainda, sobre a origem da cidade Silva (2018) ressalta que alguns pesquisadores observando “[...] as circunstâncias políticas e econômicas no discurso do Saraiva (1850, 1852) [defendem a ideia] que o planejamento de Teresina é obra das circunstâncias e resultado da rapidez com que a cidade precisava ser construída”. (p. 14). Contudo, a autora é enfática ao dizer que:

[...] as evidências técnicas contestam esse argumento. Para isso, basta considerar que a regularidade de seu traçado é consequência da necessidade de se reduzir custos de implantação e de tempo. E é certo que a regularidade presume uma facilidade técnica, mas ela depende da seleção de um sítio adequado topograficamente, o que exige planejamento. Ou seja, a fundação de Teresina é uma questão técnica de geografia e topografia, mas seu planejamento tem alguns aspectos não esclarecidos”. (Silva, 2018, p.4).

É importante destacar, também, que a implantação do núcleo urbano é consequência de uma política governamental, que diz respeito à transferência da capital Oeiras, situada no interior da Província, acarretando numa “ação urbanística de envergadura” que movimentou uma grande população: os funcionários públicos provenientes de Oeiras e os trabalhadores que residiam no Poti Velho e cercanias. Destaca-se que uma parte da população da antiga Vila do Poti se recusou a fixar residência na Chapada do Corisco, preferindo continuar com as atividades de subsistência nas imediações dos rios Poti e Parnaíba, ocupando as áreas férteis, mesmo submetidas às dinâmicas da natureza.

Para Nascimento (2011), Teresina nasceu moderna, mas ao mesmo tempo:

[...] sob o signo da pobreza. Os legisladores, logo na segunda década do nascimento da cidade, já demonstravam preocupação com o tipo de habitação que cercava o núcleo



central da cidade. O olhar dos dirigentes municipais, dos intelectuais, dos cronistas e de visitantes para as 'casas de palha' era o olhar de censura, de medo. (p.2)

Nascimento (2011) chama, ainda, a atenção para o fato de que a maioria da população que residia naquelas casas era pobre “[...] e tudo indica que esses construtores de opiniões conheciam os discursos construídos no Ocidente que colocavam os pobres como ‘classes perigosas’”. (p. 2)

O Poti Velho se constitui no bairro mais antigo da cidade, localizando-se na Zona Centro-Norte de Teresina. E, assim como outros 12 bairros - Acarape, Aeroporto, Alto Alegre, Itaperu, Mafrense, Matadouro, Mocambinho, Nova Brasília, Olarias, Parque Alvorada, São Joaquim e Vila São Francisco - será afetado pelo Programa Lagoas do Norte (PLN). O PLN faz parte das políticas públicas gestadas pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) que propõe modificações urbanísticas que gerarão impactos socioeconômicos significativos interferindo no modo de vida da população residente na área em questão. A nossa intenção

Ainda, sobre a origem da cidade Silva (2018) ressalta que alguns pesquisadores observando “[...] as circunstâncias políticas e econômicas no discurso do Saraiva (1850, 1852) [defendem a ideia] que o planejamento de Teresina é obra das circunstâncias e resultado da rapidez com que a cidade precisava ser construída”. (p. 14). Contudo, a autora é enfática ao dizer que:

[...] as evidências técnicas contestam esse argumento. Para isso, basta considerar que a regularidade de seu traçado é consequência da necessidade de se reduzir custos de implantação e de tempo. E é certo que a regularidade presume uma facilidade técnica, mas ela depende da seleção de um sítio adequado topograficamente, o que exige planejamento. Ou seja, a fundação de Teresina é uma questão técnica de geografia e topografia, mas seu planejamento tem alguns aspectos não esclarecidos”. (Silva, 2018, p.4).

É importante destacar, também, que a implantação do núcleo urbano é consequência de uma política governamental, que diz respeito à transferência da capital Oeiras, situada no interior da Província, acarretando numa “ação urbanística de envergadura” que movimentou uma grande população: os funcionários públicos provenientes de Oeiras e os trabalhadores que residiam no Poti Velho e cercanias. Destaca-se que uma parte da população da antiga Vila do Poti se recusou a fixar residência na Chapada do Corisco, preferindo continuar com as atividades de subsistência nas imediações dos rios Poti e Parnaíba, ocupando as áreas férteis, mesmo submetidas às dinâmicas da natureza.



Para Nascimento (2011), Teresina nasceu moderna, mas ao mesmo tempo:

[...] sob o signo da pobreza. Os legisladores, logo na segunda década do nascimento da cidade, já demonstravam preocupação com o tipo de habitação que cercava o núcleo central da cidade. O olhar dos dirigentes municipais, dos intelectuais, dos cronistas e de visitantes para as 'casas de palha' era o olhar de censura, de medo. (p.2)

Nascimento (2011) chama, ainda, a atenção para o fato de que a maioria da população que residia naquelas casas era pobre “[...] e tudo indica que esses construtores de opiniões conheciam os discursos construídos no Ocidente que colocavam os pobres como ‘classes perigosas’”. (p. 2)

O Poti Velho se constitui no bairro mais antigo da cidade, localizando-se na Zona Centro-Norte de Teresina. E, assim como outros 12 bairros - Acarape, Aeroporto, Alto Alegre, Itaperu, Mafrense, Matadouro, Mocambinho, Nova Brasília, Olarias, Parque Alvorada, São Joaquim e Vila São Francisco - será afetado pelo Programa Lagoas do Norte (PLN). O PLN faz parte das políticas públicas gestadas pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) que propõe modificações urbanísticas que gerarão impactos socioeconômicos significativos interferindo no modo de vida da população residente na área em questão. A nossa intenção é apresentar uma reflexão sobre o direito à cidade. O questionamento que sustenta este trabalho é: A revitalização ou requalificação de áreas urbanas servem para quem?

Planejamento urbano e o programa Lagoas do Norte (PLN)

O PLN faz parte das ações do poder público municipal no âmbito do planejamento urbano enquanto possibilidade de ordenamento do território. Segundo Rodrigues e Veloso Filho (2018) essas ações, responsáveis por ordenar os espaços urbanos, é possível de ser identificada em Teresina, já no final do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte, através de diversas melhorias incluindo “[...] obras de infraestrutura, em especial no que se refere à **estética e ao saneamento [grifo meu]**, mas também na instalação de outros equipamentos urbanos como a implantação de luz elétrica e a abertura de novas ruas”. (p. 9)

Este fato é reiterado por Nascimento (2011) ao afirmar que:

Entre 1937 a 1945, período denominado pela historiografia brasileira de Estado Novo, Teresina recebeu tratamento urbano, novas áreas de sociabilidades, além de transportes



modernos, sendo tudo isso valorizado no discurso oficial. Estas intervenções visavam transformar Teresina em uma cidade moderna [...]. (p. 4)

Mais adiante Nascimento (2011) destaca que existia “[...] outra cidade, menos presente no discurso oficial, onde não havia água tratada e canalizada, luz elétrica, e suas ruas não eram calçadas; [...] e os moradores [eram] atingidos por um grande número de doenças [...]” (p. 4).

A condição geográfica de implantação da cidade contribuiu muito para a atração de pessoas provenientes do interior e de outros estados. E, desta forma, segundo Nascimento (2011) a infraestrutura básica – energia, água, esgoto e telefonia – era “[...] transformada, a cada dia, em artigo consumido apenas pelas camadas abastadas da cidade, uma vez que os recém-chegados [...] ocupavam terras tidas como impróprias para a moradia ou construía suas casas em leitos de ruas e avenidas.” (p. 5).

Mais adiante Nascimento (2011) afirma que as intervenções urbanísticas entendidas como:

[...] intervenções espaciais na cidade desejam disciplinar as práticas dos moradores, tidos por eles como incivilizados. Avaliavam que os setores populares estavam aprisionados a costumes ‘atrasados’ [...] daí a necessidade de ‘medicalizar’ a sociedade. ”

Conclui, Nascimento (2011) que:

É, pois, facilmente perceptível que a elite intelectual e política, através dos seus representantes e com base em saberes divulgados por médicos sanitistas e urbanistas responsabilizavam os pobres pela mazela da capital do Piauí, acusando-os de agirem de forma incivilizada. O foco daqueles saberes está direcionado aos “setores perigosos”, uma vez que suas práticas cotidianas não se coadunam com as práticas burguesas. Era preciso, então, que os moradores adquirissem hábitos e práticas dos habitantes dos centros urbanos civilizados, que respeitassem as leis municipais. Nessa linha de necessidade de higienização da cidade [grifo nosso], a Prefeitura de Teresina publica uma nota explicando o recebimento de recursos financeiros do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no valor de sete milhões de cruzeiros, a serem aplicados na eliminação das casas de palhas [grifo nosso], nas quais morava a maioria da população (p. 9)

Partindo dessas informações é que introduzimos o PLN, acreditando que há uma continuidade na forma em que a elite teresinense se relaciona com o espaço urbano e com a população que o habita, especialmente no que diz respeito àquela de baixa renda.



O PLN trata-se de um projeto de requalificação urbana proposto pela PMT com convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF). A cooperação foi assinada em 11 de setembro de 2007, com a presença de diversas autoridades, no Parque Ambiental Encontro dos Rios, localizado na Zona Norte.

Os recursos, inicialmente, oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal foram destinados a execução de obras de infraestrutura em quatro dos treze bairros afetados: Acarape, São Joaquim, Matadouro e Olarias. Mas, para a realização integral do PLN serão necessários cerca de cem bilhões de reais. Este montante é oriundo de financiamento do Banco Mundial.

O discurso oficial enaltece a requalificação urbana com destaque para as obras de saneamento, recuperação ambiental e melhoria das condições de vida dos moradores. Contudo, há descontentamento, pois, parte dos residentes serão incluídos no reassentamento involuntário.

A expropriação está ocorrendo em etapas, atingindo parte do entorno das lagoas. Os moradores mais antigos tecem uma relação de afetividade com o lugar percebendo espaço como fruto das relações humanas e das redes de sociabilidade, especialmente, os laços de vizinhança. Assim, os conflitos se estabelecem e os confrontos são inevitáveis. As pessoas resistem como podem ao processo violento de derrubada de suas residências.

Nesse sentido, há que se pensar sobre as políticas públicas. Em que medida estas são elaboradas com finalidade de melhorar as condições de vida da população. Uma política pública pode ser entendida como a ação/intervenção do governo com vista a alcançar um determinado fim.

Para Monte e Moraes (2017) “[...] fazer políticas públicas não é função exclusiva do Estado, porquanto, para além da relação necessária com ação estatal da Administração Pública, existe uma relação com a *res publica*, o que implica atuação da sociedade civil.” (p. 2).

Assim, Monte e Moraes (2017) ao apresentarem os dados de uma pesquisa sobre o bairro Poti Velho destacam a necessidade de participação da população local na elaboração/implantação e avaliação do PLN com vista à proteção dos direitos culturais, das



identidades e dos patrimônios culturais dos moradores da Zona Norte, como podemos notar a seguir:

[...] a ideia de direitos culturais pode ser aplicada, sobretudo, no que respeita à participação da população [...] na elaboração/implantação/avaliação do PLN, em especial, a tudo que concerne à valorização da diversidade cultural na perspectiva, inclusive do que Lèfèbvre (1999) define como direito à cidade.

Portanto, nesta perspectiva, cabe pensar em políticas públicas de intervenção urbanística, como o PLN, [...] com objetivos declarados de desenvolvimento sustentável e melhoria das condições de vida da população. O que ocorre no que diz respeito à proteção aos direitos culturais, identidades, patrimônios culturais? [grifo nosso]. ((p. 3)

A visão dos técnicos da PMT com relação a elaboração e implementação do PLN, conforme a interpretação das autoras citadas, se configura de forma a não respeitar os direitos culturais.

O PLN, de acordo com a Secretaria de Planejamento (SEMPPLAN) do município, abrange uma área de, aproximadamente, 1198 hectares, abrigando um conjunto de lagoas naturais e artificiais, compreendendo 13 bairros da Zona Norte, nos quais residem cerca de 92 mil pessoas, que sofrem com a carência de infraestrutura e de saneamento básico.

De acordo com De Paauw (2016) arquiteto responsável pelo projeto e implantação das modificações urbanísticas, o programa busca:

contribuir para o desenvolvimento sustentável dessa parte da cidade através de um conjunto de ações integradas, inter-relacionadas e tecnicamente planejadas, visando a implantação de um processo estruturado de intervenção na realidade local.

Ao poder público, em seu papel de indutor do desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental para a redução das desigualdades urbanas, cabe a prerrogativa de definir a divisão social e simbólica do espaço, as normas de uso e ocupação do solo, os tipos de construção adequado à saúde, bem como os espaços e equipamentos e serviços urbanos e para a preservação ambiental. (p.4-5)

Segundo De Paauw (2016) “[...] o projeto urbanístico define o território como um Parque Ambiental Habitado [grifo nosso]. Sendo assim ele tem o desafio fazer a interface entre a cidade e a natureza, já que uma está inserida na outra em um equilíbrio atualmente precário e claramente desestabilizado” (p. 5).



Chamamos a atenção para a designação do território aqui expressa. Ao defini-lo como Parque Ambiental Habitado é possível perceber a intencionalidade do poder público. Os parques existentes no território nacional, e não é diferente em Teresina, são espaços nos quais não é permitido habitação. Conseqüentemente, as melhorias que estão sendo realizadas não visam diretamente a população local. O que nos parece é que elas obedecem a lógica do mercado e da especulação imobiliária. Desta forma, podemos dizer que no sistema capitalista o arquiteto da cidade é o capital.

Essa intervenção provocará, como já explicitamos, mudanças significativas no modo de vida dos habitantes, especialmente daqueles que fazem uso dos recursos naturais para a sua sobrevivência, entre eles, os agricultores que utilizam as técnicas de cultivo de vazante, por exemplo, para produzir o quiabo nas várzeas e que sobrevivem do consumo e venda do mesmo. Mas podemos, também, citar os oleiros, responsáveis pela produção dos tijolos e telhas, que foram desalojados da sua área de trabalho em 2011.

O projeto urbanístico afetará, também, os Povos de Terreiros praticantes de religiões de matrizes africanas e as casas de Candomblé e Umbanda, que fazem parte do patrimônio cultural da cidade, protegidos por lei. Aqui cabe citar a dissertação de Francisca Daniele Soares do Carmo intitulada Povos de Terreiro no contexto de intervenções urbanísticas (Territórios sociais de religiosidades de matrizes africanas na Zona Norte de Teresina, PI e o Programa Lagoas do Norte – PLN) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, 2017.

Tal fato é reforçado por Carmo e Moraes (2016) quando afirmam que:

Sem prestígio social e força política, comum a outras denominações religiosas, os terreiros, historicamente, marginalizados e estigmatizados pela sociedade, tornaram-se vulneráveis a ações e políticas de reordenamento urbano, principalmente, daquelas que preveem intervenções de requalificação urbana-ambiental.

[...] Com o avanço da urbanização, vê-se constantemente, no espaço citadino, expulsão/desapropriação de casas de cultos religiosos afro-brasileiros de áreas como de “interesse público”, para regiões afastadas do centro da cidade, geralmente, carentes de serviços básicos e, com baixo valor econômico.

Ainda segundo Carmo e Moraes (2016) como medida compensatória à remoção das casas de culto afro-religioso, o PLN construiu a Praça dos Orixás. Contudo, “A cultura religiosa de matriz africana faz parte da paisagem cultural da zona norte de Teresina,



inscrita, de maneira indelével, na história desta área, em especial, na região das Lagoas do Norte” (p. 4 12).

Metodologia

Este trabalho constitui-se numa pesquisa de abordagem qualitativa incluindo pesquisa bibliográfica (artigos científicos e notícias publicadas em sítios eletrônicos) e pesquisa de campo, no qual foi utilizada as técnicas de observação direta e conversas do cotidiano.

Através dessas conversas informais levantemos dados sobre a política de desapropriação e reassentamento dos moradores da Vila Cristo Rei (conhecida também como Inferninho) e daqueles que moram na Avenida Boa Esperança.

Resultados e discussão

A pesquisa de campo reiterou as informações obtidas pela pesquisa bibliográfica. E, permitiu levantar outros dados como relação ao PLN. A liderança comunitária se queixa de que o projeto de requalificação urbanística foi elaborado sem a devida participação dos afetados. E que, somente, durante a fase de implantação é que ocorreu uma audiência pública, em função das pressões exercidas pelos movimentos sociais.

A falta de diálogo entre gestores e comunidade quanto à ação de deslocamento involuntário das famílias é uma marca deste projeto (CARMO; MORAES, 2016). O que se traduz numa forma de violência ao se transferir, forçosamente, as pessoas para uma área com a qual não possuem nenhum vínculo identitário.

Carmo e Moraes (2016) afirmam, com relação as conversas com os moradores, que o PLN tem sido conduzido de forma autoritária e arbitrária. Elas destacam que “A tendência das intervenções urbanísticas [...] é empurrar, cada vez mais, o/as considerado/as pobres para as franjas da cidade, movimento que enseja nos dias atuais, uma forte segregação sócio espacial e processos de gentrificação.” (p. 16).

É importante destacar, segundo Nobre (2018, p. 3) que os beneficiários da renovação urbana são, geralmente os proprietários de terra, os empreendedores imobiliários e os turistas. Dificilmente, as intervenções urbanas atendem as demandas da população de baixa renda com relação a moradia, ao saneamento básico, a educação e a saúde.



Como ressalta Nobre (2018) os governos locais juntamente com os grupos de empresários se juntam para captar investimentos, “[...] estimulando o mercado imobiliário através da desregulamentação do controle do uso do solo e financiamento público [...], reafirmando o aparato público como agente de reprodução do capital na produção do ambiente urbano.” (p. 2).

Considerações finais

É necessário, portanto, se discutir formas participativas e colaborativas de intervenção na cidade que incluam os anseios da comunidade local, pensando em soluções que não causem prejuízos à população mais carente que ocupa esses espaços.

Essas políticas públicas devem ter por propósito o diálogo amplo com as diferentes parcelas da população apresentando soluções que possam estar em consonância com o direito cultural e o direito de habitar a cidade

Referencias

Carmo, Francisca Daniele Soares do; Moraes, Maria Dione Carvalho de (2016). Territórios de povos de Terreiro em Teresina- PI (consenso e dissensos no processo de intervenção urbanística do Programa Lagoas do Norte, na Zona Norte da cidade). Trabalho apresentado na 30ª RBA, realizada entre os dias 03 e 05 de agosto de 2016, João Pessoa, PB. Disponível em: <<http://www.30rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?>> Acesso 5 de junho de 2018.

Costa, Nelson Nery (2018). História Piauiense: aventura sonho e cultura. Teresina: Academia Piauiense de Letras.

D’Alencastre, D’Alencastre, José Martins Pereira (1857). Memoria chronologica, histórica e corographica da Província do Piauí. Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro, Rio de Janeiro, t. XX, p. 5-165, 1º trimestre.

De Paauw, Robert. Desafios da Requalificação urbana e ambiental. Parque das Lagoas do Norte, Teresina, PI (2016). 40 Colóquio Ibero-Americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, de 26 a 28 de setembro de 2016. Disponível em: <[http:// http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/artigos/pdf/262.pdf](http://http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/artigos/pdf/262.pdf)> Acesso em 23 de junho de 2018.

Mendes, Patrícia. Histórico da Cidade de Teresina (s/d). Disponível em: <<https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2017/01/04/historico-teresina/>> Acesso em 4 de maio de 2018.



Monte, Catarina Nery da Cruz; Moraes, Maria Dione Carvalho de. Intervenção Urbanística e Direitos Culturais: o Programa Lagoas do Norte no bairro do Poti Velho, Teresina-Piauí (2017). VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luiz - MA, de 22 a 25 de agosto de 2017.

Nascimento, Francisco Alcides do. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza (2011). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho. Disponível em: <<https://bit.ly/3mUTCJ1>> Acesso em 4 de maio de 2018.

NOBRE, Eduardo A. C. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. Disponível em <<https://bit.ly/3aP3qls>> Acesso em 12 de agosto de 2018.

Rodrigues, Rodrigo da Silva, Veloso Filho, Francisco Assis. O planejamento urbano em Teresina. Revista Equador (UFPI), Vol. 5, Nº 3 (Edição Especial 02), p.340 – 359. Disponível em: < <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>> Acesso em 3 de março de 2018.

Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN). Programas Lagoas do Norte. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/lagoas-do-norte/>> Acesso em 2 de fevereiro de 2018.

Silva, Ângela Martins Napoleão Braz e. Planejamento e Fundação da primeira cidade no Brasil Império. Disponível em: <https://bit.ly/30TOs7R> Acesso em 4 de maio de 2018.



Os desafios educacionais no ensino básico guineense.

Fernando Siga¹

Resumo

O artigo em questão discute as diversas dificuldades de um sistema de ensino em construção, olhando por um longo período histórico. O sistema de ensino público da Guiné-Bissau apresenta sérias debilidades, no que refere ao seu financiamento e em sua organização e funcionamento. O Estado assim como os sucessivos governos que já passaram são e foram ineficientes na garantia do direito à educação. Quando falo da ineficiência estou trazendo a questão de não tomarem o setor como prioridade. Em termos de gestão prevalece o discurso da importância que o setor tem para o desenvolvimento do país, sem um planejamento para colocar em prática uma política efetiva de acesso e permanência ao/no ensino básico. O trabalho tem como objetivo trazer à tona as dificuldades do ensino básico público Guineense. Infirmo que as dificuldades econômicas, falta de infraestrutura e a desvalorização do trabalho docente são fatores que não estão contribuindo para a efetividade desta etapa do ensino guineense em termos de garantia do direito à educação.

Palavras chave

Guiné-Bissau; Ensino básico Guineense; desafios educacionais e ensino público.

Abstract

The paper in question discusses the various difficulties of an education system under construction, looking over a long historical period. Guinea-Bissau's public education system has serious weaknesses in its funding, organization and operation. The state as well as successive past governments are and have been inefficient in guaranteeing the right to education. When I speak of inefficiency I am bringing the issue of not taking the sector as a priority. In terms of management prevails the discourse of the importance that the sector has for the development of the country, without planning to put in place an effective policy of access and permanence to / in the basic education. The paper aims to bring to light the difficulties of Guinean public basic education. I infer that the economic difficulties, lack of infrastructure and the devaluation of teaching work are factors that are not contributing to the effectiveness of this stage of Guinean teaching in terms of guaranteeing the right to education.



Keywords

Guinea-Bissau; Guinean basic education; Educational challenges and public education.

Introdução

Falar da educação formal na Guiné-Bissau é o mesmo que mapear as formas de sair dum labirinto. Porque o sistema educativo do país é muito novo. Novo porque ele está em fase de implementação. Este artigo é recorte do meu projeto de dissertação de mestrado intitulado Educação básica formal na Guiné-Bissau, acesso, desafios e perspectivas: uma análise de políticas educacionais guineense de 1995 a 2015, que está sendo orientado pela professora Dr^a Neusa Chaves Batista. O trabalho em questão aborda os desafios que o ensino público Guineense enfrenta.

A República da Guiné-Bissau fica situada na Costa Ocidental de África, limitada a Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné Konacri e a Oeste pelo Oceano Atlântico. A superfície total é de 36.125 km², dos quais apenas 27.700 km² constituem a superfície emersa devido à fraca elevação do país, relativamente ao nível médio das águas do mar. As marés assim penetram na superfície terrestre até cerca de 150 km², fazendo com que algumas áreas fiquem parciais ou totalmente inacessíveis durante parte do ano.

A Guiné possui uma população de 1.514.451, segundo dados obtidos no ano de 2014. O país é constituído por uma parte continental e uma parte insular que engloba o Arquipélago dos Bijagós, composto por cerca de 90 ilhas, das quais somente 17 são habitadas. Administrativamente o país está dividido em três províncias, norte, sul e leste e estes em oito regiões e um setor autónomo. As Regiões são: Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara, Tombali e Sector Autónomo de Bissau, a capital. As regiões estão por sua vez divididas em sectores (36 no total) e estes em seções, compostas por tabancas (aldeias).

A Guiné-Bissau tornou-se independente no ano de 1973, com a proclamação da República unilateralmente e só em 1974 é que foi reconhecida oficialmente por Portugal. A guerra da libertação durou 11 anos. Teve o seu início em 23 de janeiro de 1963. Guiné é, portanto, um país jovem, com 30 anos de democracia. Depois da independência se tornou um país de regime de partido único e só em 1994 é que ocorreram as primeiras eleições democráticas. (ANP/Guiné-Bissau, 2017. p.2-3).



O nosso sistema de Ensino é muito novo, está se estruturando. Olhando um pouco a história social e política do país me permite dizer que os poucos anos da nossa jovem democracia como um regime político no país temos ainda muito a fazer. A reforma econômica e educacional nos finais dos anos 1980 para início de anos 1990 no país deram outros nortes ao nosso sistema de ensino. A reforma que refiro é de a Guiné-Bissau sair de sistema socialista para liberalismo econômico, fazendo abertura de mercado (deixando de lado regime de partido único para multipartidarismo-sistema democrático) dando força aos empresários. Isso por sua vez fez de educação sua refém. Um campo de disputas de poder econômico. Essa mudança de regime de repentina sem uma preparação social e política, criou situações inesperadas, colocando em choque o modelo proposto pelo próprio PAICG ² que estava voltado a realidade socioeconômica do país. No entanto, a mudança de regime de uma forma subjetiva nos diz que o então governo aceitou a ideologia política ocidental. Gostaria de poder adentrar mais a respeito, mas abrirei mão disso como no momento não constituiu prioridade na minha abordagem, contudo na frente trarei alguns aspectos que poderão nos permitir uma reflexão do mesmo no futuro.

No que tange a metodologia usada para sua realização é um trabalho qualitativo, e bibliográfico, pois só utilizei, os artigos e livros que abordaram assuntos semelhantes ou de pesquisadores Guineenses, que estão se dedicando para essa área de conhecimento. O artigo está dividido em três seções além das considerações finais. Na primeira abordei os principais desafios econômicos que norteia o setor educativo; na segunda as precarizações do trabalho docente e as péssimas condições das escolas; na terceira fiz um recorte de alguns acontecimentos políticos e sociais que ao meu entender são fatores de empecilhos para funcionamento do nosso sistema educativo.

Os desafios educacionais no ensino básico guineense

Abordar questões educacionais na Guiné-Bissau, ou seja, em qualquer parte do planeta, envolve, muitos aspectos, um deles é a questão econômica. A economia que irei abordar será mais no sentido social da palavra. Entender alguns impactos de falta de renda na vida do povo. Nessa ótica, essa falta cria problemas sociais (as injustiças), gerando injustiças em toda esfera social.

A injustiça socioeconômica diz respeito a ausência das condições materiais de existência humana, às distribuições desiguais dos recursos econômicos e sociais. Fazendo marcação dos espaços: os ricos e os pobres, os negros e os brancos e assim por diante.



Para compreensão desse conceito vou utilizar a abordagem de Nancy Fraser (2001), ela demonstra que são muitos os fatores que nos levam a esse ponto, mas que podem ser remediados.

A autora vai nos trazer duas formas de compreensão sobre a injustiça. A injustiça econômica, aquela que ocorre por falta de redistribuição de renda, criando dependências econômicas por certas classes sociais. E a injustiça cultural que para ela seria aquela que ocorre por falta de reconhecimento do outro (Fraser, 2001).

Na Guiné-Bissau as duas formas de injustiça são vistas com muita clareza. Essas não ajudam na formação e construção de um sistema de ensino justo. É um país onde quase não existe a renda mínima. Se não existir como podemos falar de um ensino justo? Onde os professores não são pagos a tempo? Às vezes os alunos das escolas públicas só estudam seis meses³ ou até menos, por causa das greves no setor de ensino. Isso me leva a dizer que as políticas de Estado não olham a educação formal como alavanca para criação de uma sociedade menos desigual e corrupta. Fraser (2001) nos dirá que uma das formas de remediar esses dois problemas de injustiças é pautar na redistribuição e reconhecimento. Não é uma tarefa fácil porque as injustiças socioeconômicas estão enraizadas nas nossas sociedades e são alimentadas pela classe elitista, impactando na exclusão dos menos favorecidos economicamente.

O sistema de ensino público no país está se degradando a cada dia porque, a escola transformou num campo de fazer dinheiro, ou seja, ela é como uma mercadoria. Mercadoria porque estão proliferando as escolas privadas por toda parte do país. Como esse advento, as escolas públicas estão perdendo credibilidades a cada dia, por faltas de condições laborais dos próprios professores. Com isso, alguns professores lá estão porque querem seu sustento de dia-a-dia, mas, não porque olha aquele lugar como um espaço de criação e de transformação da sociedade. Toda essa situação cria um fracasso para sistema e para as crianças que lá vão. Por isso, é importante ressaltar que, por falta de acesso educacional não só para as crianças, mas sim em toda camada da sociedade Guineense, desde que ele se afirmou como um país soberano e muitas das vezes as crianças ou jovens que conseguem o nível básico completo, saem com muitas dificuldades em termos de ler e escrever, como aponta Fanda (2013), porque o problema não está em ler, mas sim em saber interpretar o que está escrito.



O projeto da burguesia “progressista” e “modernista” é moralizar o povo pela educação. Portanto, a educação cumpre uma dupla função: firmar o vínculo político e manter vínculos sociais apesar dos conflitos de classes. Ela possibilita a existência do povo, entendido como conjunto das pessoas que constituem o corpo de uma nação, e mantém sob controle o povo, no sentido de conjunto das pessoas pertencentes às classes pobres. Ela educa para a cidadania e moraliza o povo pobre pela educação. Portanto, existe permanentemente o risco de confundir os dois tipos de vínculos, as duas funções e de justificar estas por argumentos referentes àquela: em nome da cidadania, buscase moralizar o povo pela educação, ou seja, “apaziguar o tolo” (Charlot, 2014, p.122). Sabendo que a educação é a “arma” do povo, ela liberta como diz Paulo Freire (2011) e Nelson Mandela (2003).

Condições precárias das escolas e da carreira docente no Ensino Básico obrigatório

Ensino básico de qualidade é igual a dizer um ensino que contempla condições mínimas das infraestruturas, do ambiente escolar e do seu pessoal. Aquele que não apresentar essas condições já demonstra muitas dificuldades, desde seus alunos até o último servente da escola. Para termos um ensino com qualidade em termos de infraestrutura, adequado ambiente escolar e trabalhadores bem formados precisamos tornar a educação formal como prioridade das prioridades, além do mais, um direito. Enquanto o Estado deixa essa missão para os terceiros sempre apresentará essas dificuldades, ou seja, ninguém vai se interessar com qualidade, mas sim com a quantidade dos alunos. No caso da Guiné-Bissau, a educação agora é um campo de fazer dinheiro. Quando falo que é um campo de fazer dinheiro é que as escolas públicas não funcionam em dignas condições e obrigam os pais a recorrerem as escolas privadas que de um certo modo não apresentam muitas diferenças com as públicas.

A educação não pode e nem deve ser levado para o viés capitalista, como defendem os reformadores empresariais de educação, ou seja, os “corporatereformers” nascido nos Estados Unidos da América nos anos de 1980.

De fato, este movimento tem seu início a partir dos anos de 1980, com a publicação do relatório A Nation at Risk (National Commission on Excellence in Education, 1983), o qual apresentava um quadro de caos para a educação americana que, segundo os reformadores empresariais, comprometeria sua competitividade no cenário internacional. Em 1990 uma primeira formulação já estava disponível no clássico texto de Chubb and Moe (1990). (Freitas, 2012, p.381).



Apesar de o movimento ter nascido nos Estados Unidos de América, ele não deixa de jogar suas influências, principalmente para os países ditos em vias de desenvolvimento, que sempre dependem de ajudas externas para financiar o funcionamento do Estado. Os reformadores usam desses momentos para impor regras de uma forma indireta aos sistemas educacionais desses Estados. Porque para eles o que importa é fazer o dinheiro, ter mais pessoas nas escolas significa aumentar o lucro. Por outro lado, o problema não está somente em ter o maior número de alunos, mas, “fazer mais com menos”, atendendo, assim, as exigências de eficiência mercadológica (Batista, 2018).

O casamento do grande negócio com a educação beneficia não só os interesses do Business Roundtable, um consórcio de mais de 300 CEOs, mas a muitas figuras leais a família Bush. Sandy Kress, arquiteto-chefe do No Child Left Behind (NCLB); Harold McGraw III, editor de livro, Bill Benne, secretário de educação ex-Reagan, e Neil Bush, irmão mais novo do presidente, todos lucraram com o sucesso nacional do Roundtable na implementação do “ensino baseado em resultados”. O NCLB impõe um sistema de padrões estaduais, testes e sanções para a escola, que juntos transformaram o nosso sistema de ensino público em um frenesi lucrativo. (Freitas, 2012, p. 381 apud Mandevilla, 2007, p. 1).

Esse comportamento não só se verifica nos Estados Unidos de América. Ao afirmar isso quero dizer que existem pessoas na Guiné-Bissau que estão se beneficiando com essa prática, por isso não abrem mãos para que as escolas públicas tenham ao menos aquelas mínimas condições para os alunos, assim como para os professores, porque são sócios das escolas privadas. Com o ensino público de qualidade, quem vai para as escolas privadas? Que pai vai deixar de fazer outras coisas, quaisquer outros investimentos para estar pagando escola dos filhos nos colégios privados? Os professores, são obrigados de uma forma indireta a trabalharem nas escolas privadas porque ali oferecem melhores salários e condições laborais.

As cíclicas instabilidades políticas como empecilhos para educação formal no país.

A Guiné-Bissau desde sua proclamação da independência unilateral em 1973 e depois reconhecido pelo Portugal após de revolução dos cravos, passou por séries de instabilidades políticas e militares, fazendo com que o país parasse no “tempo e no espaço”. Se formos ver como o país vem sendo gerenciado depois da sua independência acabaremos entendendo como e porque que a educação atravessa várias dificuldades. Uma



delas é que ela não é vista como prioridade. Uma coisa não só basta colocar nos programas de governo, mas sim, a sua implementação. Quando falo das implementações estou referindo a percentagem contemplada no orçamento geral de governo. Geralmente é uma das mais baixas. Gostaria de poder trazer alguns dados, mas desde último orçamento votado em 2014/2015, do então governo liderado pelo presidente de PAIGC-Domingos Simões Pereira demitido pelo presidente da República segundo ditames constitucionais, não houve nenhum outro governo que conseguiu aprovar seu programa de governação e o seu orçamento geral de Estado. Um sistema educativo funciona quando existe uma estabilidade política e governativa, em caso contrário, não existirá condições de implementação de qualquer que seja política educacional. Estas instabilidades fazem com que muitas pessoas usem o campo educacional como lugar fazer dinheiro. No entanto, se queremos um sistema de ensino que prima pela diminuição das injustiças sociais não devemos transformá-lo numa mercadoria. A educação formal é para criar os pensadores críticos e, homens para gerenciamento duma sociedade, saudável e não como ela tem feito ao longo de décadas criando “máquinas humanas” para a produção e reprodução do sistema capitalista como aponta o Mészáros (2008) na sua obra a Educação para além do capital.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu no seu todo ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em expansão de sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma forma alternativa a gestão da sociedade, seja na forma “internalizada”(isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica imposta. (Mészáros, 2008, p.35).

O autor mostra claramente como a educação foi apropriada para formar a sociedade para o mercado de trabalho, que conseqüentemente leva para a produção capitalista. A reflexão deste autor serve como base para pensar o que se passa com o sistema de ensino Guineense que, sob a marca do capitalismo, compra e vende o conhecimento escolar como mercadoria. Porque só quem tem condições pode matricular os filhos ou filhas, sobrinhos sobrinhas, primos, primas em suma seus familiares para poderem estudar. As escolas públicas praticamente não funcionam. Porque os professores não são criadas as mínimas condições para a realização dos seus trabalhos. Não são pagos a tempo. No entanto, trago para reflexão alguns dos acontecimentos que podem ser tomados como empecilhos para o avanço de sistema de ensino Guineense. Partindo da proclamação da independência, contudo, gostaria de deixar claro uma coisa, não é que



a independência seja um fator de entrave, mas escolhi começar nesse acontecimento para melhor situar os acontecimentos de pós independência, porque tudo teve seu forte impacto quando o PAIGC6, tomou controle total do país. Destaco, então, os seguintes marcos:

1973: Proclamação do Estado da Guiné-Bissau em 24 de setembro, pela Assembleia Nacional Popular, reunida pela primeira vez em Madina do Boé, região libertada. Luís Cabral assume a presidência do Conselho de Estado.

1980: João Bernardo Vieira (Nino Vieira) lidera um golpe militar, localmente designado por “Movimento Reajustador”, e assume a presidência do então criado Conselho da Revolução.

1984: o Primeiro Ministro, Victor Saúde Maria é acusado de preparar um golpe de Estado e é afastado do poder.

1985: Grande crise política. Várias pessoas foram julgadas e fuziladas, entre as quais Paulo Correia, Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Estado e Ministro da Justiça, militares e líderes contrários ao governo de Nino Vieira acusados de tentativa de golpe de estado.

1991: Introdução do multipartidarismo, abertura política (pelo menos nominal), revalorização dos regulados (poder tradicional). (Couto e Embaló, 2010, p.24-25).

Durante esse período a Guiné-Bissau viveu num regime de partido único, ou seja, numa ditadura autêntica, era só o PAIGC, todas as decisões saíam de conselho de revolução⁷. Esse golpe que eles chamam de movimento reajustador deu forças ao então Presidente da República João Bernaldo Nino Vieira, uma tremenda força. Em outras palavras podemos dizer ele controlava tudo. Fazendo com que o país mergulhasse nas grandes crises, políticas e sociais. O famoso caso de 17 de outubro de 1985, onde foram mortas mais 35 pessoas por fuzilamento, por serem acusados de tentar a inversão da ordem constitucional, querendo dar um golpe de estado. Esse ciclo de matança só diminui com a abertura política em 1991. O regime de então gerou ódio nas pessoas que quatro anos depois das primeiras eleições multipartidárias do país eclodiu uma revolta armada intitulada “ a revolta dos mais velho”⁸. Depois dessa guerra se fez as eleições presidenciais e legislativas onde o Dr.KumbaYalá foi eleito presidente nos finais de 1999 e em 2000 ele tomou posse como presidente. No entanto houve outros fatores, como salientam Couto e Embaló, que fizeram o país mergulhar de novo em outras crises. Seguem, portanto, os principais acontecimentos, trazidos por estes autores:



Em 2000, o chefe da Junta Militar, Ansumane Mane, é assassinado e 2003, KumbaYalá é destituído do poder pelo chefe de estado maior. Henrique Rosa assume a presidência interinamente. 2004: Novas eleições legislativas, voltando ao poder o PAIGC (março). Carlos Gomes Júnior, presidente do PAIGC é nomeado Primeiro Ministro. O general Veríssimo Seabra, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, é assassinado por um grupo de militares que tinham participado de uma missão de paz das ONU na Libéria, acusado de corrupção e promoções arbitrárias no seio das forças armadas. Tagme Na Waie foi escolhido para as chefias das forças armadas (outubro). 2005: novas eleições presidenciais. Nino Vieira retorna ao país e é "reeleito." Esse senhor, lídimo representante de tudo de ruim que atormenta a Guiné-Bissau, continua no poder. 2009: em primeiro de março, o general Tagmé Na Waie, Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, morre em um atentado à bomba ao quartel-general. No dia seguinte, algumas horas depois, o próprio Nino Vieira é assassinado por militares. O capitão de fragata, Zamora Induta, é nomeado, a título provisório e à revelia das disposições da Constituição, Chefe de Estado Maior das Forças Armadas. A 26 de Julho, Malam BacaiSanhá, candidato do PAIGC, ganha as eleições presidenciais antecipadas, organizadas na sequência do assassinato de Nino Vieira. Zamora Induta é confirmado nas suas funções de Chefe de Estado maior das Forças Armadas. (Couto; Embaló, 2010, p .25-26).

Essas crises, contribuíram para agravar situação do nosso ensino. No entanto, como podem existir implementação das políticas educacionais se não existir um programa de Estado? E nem tão pouco a continuidade governativa? Quando falo programa de Estado, é ter prioridade das prioridades, que nem governo de fulano e de beltrano podem e deve mexer. Cada governo que entrar, tem que vir com suas inovações, mas, não tirar o que já está em funcionamento. A educação formal é um direito e dever de Estado Guineense, nos termos da lei e da constituição da República no seu artigo 49º e o artigo 16º mostra o foco da educação formal ou seja em outras palavras o que ela visa:

1- A educação visa a formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso.

2- O Estado considera a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental. (Guiné-Bissau, 1996, p.6). 16

Tendo em consideração este dispositivo constitucional conjugando-o com a Lei de base de sistema educativo do país no seu artigo 2º perceberemos que ele não é um dever,



mas sim um direito que deve ser assegurado e garantido pelo próprio Estado. Assim temos:

1. *É reconhecido a todos os guineenses o direito à educação e cultura, nos termos da Constituição da República.*
2. *É reconhecida a liberdade de ensino, nos termos da Constituição da República.*
3. *O ensino público não deve ser confessional.*
4. *A educação deve estimular a emergência e a consolidação da atitude democrática e pluralista na sociedade.*
5. *Cabe ao Estado em especial, assegurar igualdade de oportunidade no acesso e sucesso escolar.*
6. *O sistema educativo deve adequar-se ao meio social que o envolve e visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana, democracia e progresso social. (LBSE, 2010, p. 3).*

Esses princípios nos mostram que segundo as leis do país desde a Constituição da República que é a carta magna e a leis de base de sistema educacional, que a educação formal era para constituir uma prioridade e não como ela está sendo vista hoje. A situação de ensino pode ser melhorada em vários aspetos como aponta o Cá:

Melhorar o acesso a equidade e a qualidade implicam em mudanças no financiamento e na gestão do sistema educativo de um país. A reforma deve também se acelerar. A despesa pública com educação é frequentemente ineficiente e injusta. A cada dia, as despesas públicas em educação tornam-se mais difíceis de financiar na medida em que se expande o número de matrículas no setor público. (Torres, 1998 apud CÁ, 2010, p. 71)

O investimento no setor educativo é uma das soluções, pois só investindo é que teremos boas infraestruturas, matérias escolares adequadas. Onde os professores serão bem remunerados e pautar na formação dos mesmos, num viés que o Freire (2011) vai chamando de pedagogia da libertação.

Considerações finais

O sistema de ensino público Guineense como demonstrando desde o começo que ele depara com muitos problemas para o seu funcionamento, desde questões econômicas, as políticas voltadas para o ensino e as suas efetivações. O sistema atual do nosso ensino precisa ser reformulado, quando falo das reformas não só nas criações de leis,



mas sim dar uma atenção especial para o setor, onde a educação formal deve ser pensada nos moldes da realidade do país. Fazer que o nosso crioulo ganhe um espaço nas escolas como língua de trabalho e de ensino. Quando os nossos filhos amigos e irmão estão pensando em crioulo e fazendo a tradução para o português de uma certa maneira cria barreiras na sua produção intelectual, ou seja, no processo de ensino e aprendizagem. Aqui não estou tirando mérito da língua portuguesa nesse processo, mas só quero mostrar o quão difícil ela se torna para um aluno/a. A língua dele/a de dia-a-dia não é português é o crioulo ou outras línguas das diversas nações⁹ do país. Ela transforma numa barreira nesse sentido. Por isso, o Paulo freire (1978), vai nos mostrar que um dos grandes erros cometidos pelo Estado Guineenses foi tornar a língua português como língua de trabalho (a língua oficial do país). Ele vai ainda mais longe dizendo que ensinar envolve riscos e rejeição de toda forma de discriminação e a valorização das identidades culturais. Uma dessas identidades do povo Guineense é a língua crioula, aquela que faz ligação entre os diversos povos do país.

Um sistema de ensino de qualidade, precisa de recursos humanos muito forte e qualificado. Profissionais prontos para fazer o setor funcionar. O que significa dizer para ter essa mão de obra qualificada precisa de forte investimento começando nos mínimos detalhes que são questões de planejamento, porque sem planejarmos não adianta fazer o investimento para termos aplausos, porque é só um “desperdício de tempo, e de dinheiro”. Quando estamos tocando com questões do ensino não devemos deixar questões partidárias e trabalhamos afincadamente, porque se queremos ter uma boa sociedade no futuro é na base que se investe. No entanto, uma boa sociedade se faz com bons homens.

Notas

¹ Bacharel em Ciências Humanas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira (UNILAB) e licenciado em Sociologia e com especialização em Gestão Pública Municipal pela mesma Universidade e atualmente mestrando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Rio Grande de Sul-FACED/UFRGS. Bolsista de PEC PG-CNPq sob a orientação da Prof^a Dr^a Neusa Chaves Batista.

² Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde.

³ Na Guiné-Bissau o sistema de ensino é diferencial com aqui, no caso do Brasil, que estuda semestral, lá são trimestrais. Um ano letivo é composto por três trimestres que começa de setembro a junho.



⁴ corporatereformers” – assim são chamados os reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos, em termo criado pela pesquisadora americana Diane Ravitch (2011b). Ela reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada e uma proposta mais adequada para “consertar” a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais. Naquele país, a disputa de agenda entre os educadores profissionais e os reformadores empresariais da educação vem de longa data. Para mais informação vide em: Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

Referencias

- Constituição da República da Guiné-Bissau. Disponível em: <https://bit.ly/3iThIS8> visto em 27/03/2018
- Couto, Hildo Honório do. Embaló, Filomena. Literatura, Língua E Cultura na Guiné-Bissau um país da CPLP. Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares-Papia. Universidade de Brasília. Número 20, 2010.
- Charlot, Bernard. Da relação com o saber às práticas educativas. São Paulo: Cortez, 2014 (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).
- Fanda, Juvinal Manuel. O processo de expansão da escolarização básica em Guiné-Bissau (1990-2010). Campo Grande, 2013
- Fraser, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro 2002: 7-20
- Freitas. Luiz Carlos De. Os Reformadores Empresariais da Educação: Da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012
- Freire, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo. 2. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 161 p.
- Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. IN: Educação como prática da liberdade. 14.ed. Rio de Janeiro: paz e terra, dois mil e onze. P.7-39
- Educação como prática da liberdade. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- História da Guiné-Bissau. Disponível em: <https://bit.ly/33QgfYu> visitado em 29/03/2018



Lopes e Lopes, Luís da Silva. A lei de bases do sistema educativo da Guiné-Bissau. Universidade de Aveiro. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. Portugal, 2014

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

Rudebeck, Lars. Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000, um estudo de Democratização Difícil. The Nordic Africa Institute, Uppsala, 2001

Sampa. Pascoal Jorge. Situação do Ensino Pública em Guiné-Bissau: Desafios e possibilidades para uma educação de qualidade Campina Grande, Vol. 1 Ed. 4, ISSN 2316-1086, realize editora, 2015.